APRESENTAÇÃO

Ao fazer a apresentação desta edição da Revista do TCE-RJ, referente ao segundo semestre de 2021, já me sinto movida pela certeza de que muitas novas e boas ações estão por vir. A Escola trabalhou de forma ativa em seus cursos e eventos programados para 2021, envolvendo a assimilação de novas tecnologias e estratégias de ensino para as capacitações, uma vez que durante grande parte do ano as atividades foram oferecidas online. Os resultados ao longo do ano alcançaram índices almejados de proficiência.

Em 2021, o programa de pós-graduação se manteve ativo e foi dado início à Turma 2 do curso de Aperfeiçoamento Profissional Para Auditores Internos Municipais, composto de 14 disciplinas, divididas em 3 módulos. O objetivo do curso é preparar servidores para elevar a eficácia das ações das Unidades de Controle Interno dos municípios fluminenses, em conformidade com as Normas Brasileiras de Auditoria do Setor Público (NBASP).

Para 2022, várias atividades online, que se mostraram bem-sucedidas em 2021, serão mantidas. Mas teremos a satisfação de retomar com os cursos de capacitação e formação presencialmente, como já iniciado no segundo semestre de 2021. Para adiantar algumas novas ofertas, oriundas de demandas de nossos servidores e de jurisdicionados, será realizado o curso de Compliance na Administração Pública, em parceria com o Instituto Multidisciplinar de Formação Humana com Tecnologias, da UERJ, com o objetivo de se compreender a importância da integridade na atuação da Administração Pública.

Outro curso a ser oferecido será o de Introdução à Auditoria de Obras Públicas, que tem por objetivo compatibilizar essa atividade com as Normas Brasileiras de Auditoria do Setor Público (NBASP), compreendendo as suas etapas e as ações que dela fazem parte. Trata-se de uma iniciativa do Instituto Rui Barbosa (IRB), com apoio técnico e pedagógico da Escola de Contas e Gestão do TCE-RJ, e participação dos seguintes tribunais: TCE-RJ, TCE-PR, TCE-RN, TCE-RS e TCM-GO. Este curso, oportunidade de integração e compartilhamento de informações entre os Tribunais, foi desenvolvido tendo como principal referência e apoio o curso Auditoria de Obras Públicas ofertado pelo Instituto Serzedello Corrêa (ISC), Escola Superior do Tribunal de Contas da União - TCU.

Abre esta edição da Revista do TCE-RJ uma relevante Roda de Conversa, com a prestação de uma justa homenagem ao Conselheiro Thiers Vianna Montebello, Presidente do Tribunal de Contas do Município do Rio de Janeiro por quase vinte anos, de 2001 a 2021, quando se aposentou. As respostas às perguntas que lhe foram dirigidas deixam evidente um servidor de elevado espírito público, com contribuição importante para o aprimoramento dos instrumentos de fiscalização e controle da aplicação dos recursos públicos no Município do Rio de Janeiro.

A publicação também traz uma entrevista que amplia o conhecimento acerca das ações empreendidas por personalidades notáveis da administração pública, em face da aprovação manifestada pelos leitores em relação a esta seção inaugurada na edição anterior da Revista do TCE-RJ. O entrevistado deste número é o Dr. Rafael Jardim Cavalcante, Auditor



KAREN ESTEFAN DUTRA
Diretora-Geral da Escola de Contas e Gestão - ECG/TCE-RJ

Federal de Controle Externo, Ex-Secretário de Combate à Corrupção e atual Secretário de Controle Externo do Sistema Financeiro Nacional do TCU, que presta importantes esclarecimentos sobre a Lei nº 14.133/2021, a nova lei de licitações e contratos, que, segundo ele, propicia a inovação e o diálogo com o mercado, fatores que criam uma expectativa positiva para o novo diploma legal.

Além dessas duas seções, a presente edição da Revista do TCE-RJ compõe-se de seis artigos. Os dois primeiros resultam da parceria, intensa e produtiva, da Escola de Contas e Gestão do Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro com outras escolas de governo, universidades e instituições congêneres, cultivada com o propósito de fomentar disseminação de conhecimentos e troca de experiências, gerando reflexões e propostas afirmativas com vistas ao aprimoramento da gestão pública.

Nesse contexto de mútua cooperação, nossos leitores entrarão em contato com o trabalho do Conselheiro Aposentado e ex–Vice-Presidente do TCE-RS, Doutor em Direito pela UFRGS, Pedro Henrique Poli de Figueiredo, sob o título "Os desafios das concessões e parcerias público-privadas na ótica do controle externo". No artigo, o autor aborda as dificuldades a que estão sujeitos os agentes públicos aos quais se delega a prestação de serviço por meio de concessões e de parcerias público-privadas, em face da quantidade de dispositivos legais para o setor, além de constantes alterações a que são submetidos. Diante desse quadro, cabe aos Tribunais de Contas avaliar com frequência sua forma de atuação a partir dos parâmetros normativos vigentes e mostrar aos jurisdicionados como proceder para cumpri-los adequadamente.

Ainda nesse âmbito colaborativo, o segundo artigo, "A promoção do jogo regulatório e as agências reguladoras: o controle da discricionariedade das autoridades administrativas pelo Tribunal de Contas", tem como autores o Dr. Fábio Medina Osório, doutor em Direito Administrativo pela Universidade Complutense de Madri e Presidente Executivo do Instituto Internacional de Estudos de Direito do Estado – IIEDE, e a Dra. Vanessa Cerqueira Reis de Carvalho, doutoranda em Direito Financeiro e Econômico Global da Universidade de Lisboa, professora da Escola Superior da Advocacia Pública – ESAP e Procuradora do Estado do Rio de Janeiro. O trabalho se pauta pelo intuito de discutir a atuação dos Tribunais de Contas no processo regulatório, consoante a delimitação do contorno do controle a ser exercido sobre as atividades desenvolvidas pelas agências reguladoras. Segundo os autores, as Cortes de Contas têm importante papel a desempenhar, garantindo segurança jurídica na verificação da aplicação da constituição e das leis, no cumprimento dos editais e contratos firmados pelas agências reguladoras, preservando a discricionariedade, que envolve a dinâmica do jogo regulatório.

Os dois artigos seguintes comprovam o envolvimento dos servidores do TCE-RJ no processo de aprimoramento das ações do Tribunal, que busca, permanentemente, efetividade no cumprimento de sua missão. As experiências colhidas nas relações com os jurisdicionados vêm conduzindo a estudos e pesquisas que têm propiciado importante contribuição para que o TCE-RJ se mantenha no nível de expectativas da sociedade.

Em "Revisão de contratos de concessão em razão da covid-19: aspectos econômico-financeiros", os Auditores de Controle Externo do TCE-RJ Hudson Hipólito Ferreira Nunes, graduado em Engenharia Civil e pós-graduado em Gestão Pública, Jones de Azevedo Pelech Júnior, graduado em Ciências Contábeis e mestre em Engenharia de Transportes, e Leonardo Cesar Gomes, graduado em Engenharia Civil e pós-graduado em Gestão Pública, têm por objetivo apresentar as principais ferramentas utilizadas na aferição do equilíbrio (ou desequilíbrio) econômico-financeiro dos contratos de concessão, considerando os efeitos da pandemia de Covid-19, indicando recomendações úteis para gestores públicos em eventuais pleitos de reequilíbrio econômico-financeiro.

No artigo "A política nacional de pagamento por serviços ambientais - (Lei nº 14.119/12): instrumento de incentivo para o desenvolvimento sustentável", de Fernanda Greco Laureano, mestre em Direito, e Rita de Cássia C. G. Oliveira, pós-graduada em Meio Ambiente, lotadas na Coordenadoria de Auditoria de Políticas em Saneamento e Meio Ambiente (CAD – SANEAMENTO), as autoras enfatizam os benefícios, para o desenvolvimento sustentável do país, do estabelecimento de um marco legal para regulamentar o pagamento por serviços ambientais. Utilizando a metodologia de revisão bibliográfica sobre políticas públicas ambientais de incentivo financeiro, serviços ecossistêmicos e pagamento por serviços ambientais no Brasil, esclarecem que a PNPSA fundamenta-se nos princípios do poluidor-pagador e do protetor-recebedor, promovendo o alinhamento entre os diversos agentes que usam e preservam os serviços ecossistêmicos.

Em seguida, os leitores encontrarão os artigos aprovados na terceira edição do Programa de Pesquisa da ECG/TCE-RJ, cuja intenção é estimular a realização de projetos de pesquisa que venham a contribuir para o aprimoramento da gestão pública, bem como dos procedimentos de trabalho do TCE-RJ, segundo as áreas de concentração indicadas. Importante ressaltar a oportunidade de troca de experiências entre os servidores do TCE-RJ e pesquisadores externos, vinculados a instituições de ensino e pesquisa sediadas em território nacional.

No artigo "Classificação automatizada de produtos da nota fiscal eletrônica de compras públicas", os servidores do TCE-RJ Bruno Mattos Souza de Souza Melo, mestre em Engenharia de Sistemas, e Wellington de Souza Amaral, mestre em Ciência da Computação, em colaboração com Leonardo Silva de Lima, doutor em Engenharia de Produção, vinculado à Universidade Federal do Paraná, e Eduardo Bezerra da Silva, doutor em Engenharia de Sistemas de Computação, vinculado ao CEFET- RJ, desenvolveram, com o uso da base de dados das NFEs de produtos adquiridos pelo estado do Rio de Janeiro, da base de dados de medicamentos autorizados pela ANVISA, uma metodologia para agrupar e classificar os bens e produtos farmacêuticos adquiridos por órgãos da administração pública fluminense. O objetivo é ampliar a capacidade analítica dos órgãos de controle de todo o Brasil na fiscalização das despesas relacionadas aos medicamentos adquiridos pela rede pública de saúde.

Fechando esta edição da Revista do TCE-RJ, o artigo "Efeitos da crise financeira na Saúde Pública dos municípios fluminenses", das servidoras do TCE-RJ Josyanne da Rocha Ferreira, mestre em Saúde Coletiva, Aline do Nascimento Macedo e Renata Odete de Azevedo Souza, mestres em Saúde Pública, e Mariana Miranda Autran Sampaio, doutora em Saúde Pública, que as autoras classificaram como um estudo exploratório e descritivo, usou indicadores para analisar os principais efeitos da crise na saúde pública dos municípios do Rio de Janeiro entre 2010 e 2019, em relação ao financiamento da saúde, à oferta e demanda de serviços de saúde e às condições de saúde da população. Restou constatada uma redução da despesa total com saúde por habitante e do recurso municipal aplicado em saúde, bem como um aumento na dependência dos municípios de transferências de outras esferas de governo, quadro que contribuiu para o acréscimo da incidência de doenças e mortalidade infantil.

Acrescento meu orgulho pelo que podemos apresentar nas edições da Revista do TCE-RJ, refletindo o comprometimento, a competência e a dedicação dos servidores do Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro e os de todas as instituições com as quais mantemos profícua parceria. É visível a contribuição que os trabalhos publicados, assim como os ensinamentos transmitidos por nossos entrevistados, têm dado para cultivar uma nova maneira de compreender a gestão pública, que precisa ser exercida com transparência e empatia com os legítimos interesses da sociedade.